

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2025 – CMDCA

**OBJETO:** Seleção de proposta para a celebração de convênio com o município de **SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**, Estado do Maranhão por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por meio da formalização de Termo de convênio, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência do Município de São Francisco do Brejão- FIA a Entidades Governamentais, conforme condições estabelecidas neste Edital.

**ORGÃO INTERESSADO:** Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

**DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:** Até o dia 07 março de 2025

São Francisco do Brejão -MA 07 de fevereiro de 2025

Atenciosamente,

**Alipe Cássio Carvalho dos Santos**  
Presidente do CMDCA

## EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 – PARA PROJETOS GOVERNAMENTAIS

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, por intermédio Fundo Municipal da Infância e Adolescência do Município de **SÃO FRANCISCO DO BREJÃO- MA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São João Nº 264, Centro, São Francisco do Brejão-MA inscrito no CNPJ sob o nº 42343981/0001-10 neste ato representado por seu presidente, Sr. **ALIPE CÁSSIO CARVALHO DOS SANTOS**, observadas as normas estabelecidas na Lei Federal Nº. 8.069/90, Lei nº 88.666/93 e conforme Lei Municipal nº 200/2015 e na Resolução CONANDA N.º 137/2010, torna público o presente Edital de Chamamento Público que estabelece o processo de análise e seleção de projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência do Município de São Francisco do Brejão- FIA, que estejam em consonância com as políticas públicas da Criança e do Adolescente do Município de São Francisco do Brejão-MA.

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS.

1.1 - O presente instrumento visa regulamentar e publicizar o procedimento de inscrição e seleção de projetos públicos voltados à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência que serão considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo Municipal da Infância e adolescência do Município de São Francisco do Brejão -MA, que estejam em consonância com as políticas públicas da Criança e do Adolescente no Município de São Francisco do Brejão -MA.

1.2 - O presente processo de seleção pública será regido no que couber pelos princípios:

- I. Procedimento formal;
- II. Publicidade dos atos;
- III. Isonomia entre os proponentes participantes;
- IV. Sigilo na apresentação das propostas;

V. Vinculação ao edital;

VI. Julgamento objetivo; e

VII. Domicílio

1.3 - Os projetos serão apresentados ao CMDCA que os submeterá a avaliação para posterior apresentação de parecer conclusivo.

1.3 - Os projetos serão classificados de acordo com os critérios previstos neste Edital, e atendidos até o limite de recursos orçamentários e financeiros disponíveis para o correspondente exercício.

1.4 - Objetivo do convênio é promover a ampliação qualitativa e/ou quantitativa de

orientação, acompanhamento, atendimento, proteção, apoio, promoção, aprendizagem, primeira infância, assessoramento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo Único – Qualquer alteração do plano de trabalho ou de aplicação dos recursos deverá, obrigatoriamente, ser submetido à aprovação do CMDCA. Este deverá ocorrer com antecedência mínima de 7 (sete) dias através de protocolo. Em caso de alteração no que diz respeito a valores ou meta deve-se também seguir as mesmas recomendações.

Na execução, os órgãos deverão prever em seus projetos o atendimento às medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com o artigo 24, §1º, x, da Lei 13.019/2014.

## **2 DO PÚBLICO - ALVO**

2.1 Crianças, Adolescentes e suas respectivas famílias que estejam em situações de:

2.1.1 - Vulnerabilidade;

2.1.2 - Risco social e pessoal;

2.1.3 - Violência;

2.1.4 - Situação de rua;

2.1.5 - Uso de substâncias psicoativas;

2.1.6 - Cumprimento de Medidas Socioeducativas;

2.1.7 - abuso e exploração sexual

2.1.8 - Trabalho infantil

2.2 - Adolescentes gestantes e Crianças e Adolescentes com deficiência residente no município de São Francisco Brejão-MA.

### **3 QUEM PODE PARTICIPAR**

3.1 Secretarias Municipais vinculado a Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão -MA de Atendimentos à Criança e ao Adolescente, bem como, outros Órgãos Governamentais que tenham interesse na participação.

### **4 DAS INSCRIÇÕES**

4.1 Para efetivação da inscrição, as entidades governamentais devem protocolar na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Brejão-MA, situado à Rua São João nº 264, Centro. No período de 01 de março de 2025 a 07 de março 2025, de segunda a sexta-feira das 08h às 12h, através do Requerimento ao CMDCA .

4.2 - O Requerimento ao CMDCA (Ver anexo I) que deve ser assinado pelo/a Secretário/a Municipal para projetos governamentais.

4.3 - Para comprovar a sua regularidade jurídica e administrativa as organizações governamentais, deverão encaminhar os seguintes documentos:

- a) Portaria que indica o cargo em exercício;
- b) Cópia do CNPJ atualizado;
- c) Cópia do CPF e do RG do (a) do/a Secretário/a Municipal da entidade ou cargo equivalente;

4.4 - Formulário de Inscrição (ver Anexo III) para Entidades governamentais, estando todas as suas páginas numeradas, rubricadas e a última assinada e encaminhado em 01 (um) ENVELOPE para cada projeto apresentado devidamente lacrado e rubricado, identificado no seu exterior com os seguintes dizeres:

## **5 DAS ÁREAS DE ATUAÇÕES.**

5.1 - Para os fins deste edital entende-se por projeto o conjunto de ações das Políticas Públicas de promoção, proteção e de defesa de direitos a serem desenvolvidas no município de São Francisco do Brejão – MA, por tempo determinado neste edital, com recursos do FIA, tendo como beneficiários Crianças e Adolescentes, segundo as linhas de ações previstas na Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente:

5.1.1 - Diretriz - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades;

5.1.2 – Diretriz - enfrentamento ao uso e/ou abuso de substâncias psicoativas;

5.1.3 - Diretriz - Enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil;

5.1.4 - Diretriz - cultura de paz e metodologias de resolução de conflitos;

5.1.5 - Diretriz - garantia de direitos, a promoção, defesa e controle;

5.1.6 - Diretriz - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemple a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.

5.1.7 - Diretriz - Proteção especial a Crianças e Adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

5.1.8 - Diretriz - Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de Crianças e Adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.

5.1.9 - Diretriz - Proteção especial a Crianças e Adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência

e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

5.1.10. Estimular a autonomia, cidadania, protagonismo ou profissionalização

## 6 AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - Os projetos serão avaliados pelo CMDCA.

6.2 - O CMDCA ficará responsável pela elaboração dos pareceres e julgamento dos recursos no período estabelecido no cronograma deste Edital.

6.3 - Os membros do CMDCA ficam impedidos de participarem deste processo seletivo na condição de proponente direto.

6.4 - Os Critérios de Avaliação dos projetos são os seguintes:

Eixos avaliativos que orientam a avaliação e a seleção dos projetos	PONTUAÇÃO: Zero(0) Insatisfatório	PONTUAÇÃO: Um(01) Satisfatório	PONTUAÇÃO: Dois (02) Bem especificado. Totalmente Satisfatório	Subtotal
Eixo 1 – fundamento do projeto (um projeto bem fundamentado demonstra bom conhecimento do contexto em que atua. Enfatiza as dificuldades enfrentadas, mas também enxerga as possibilidades que ali se encontram)				
Eixo 2 – gestão sustentável do projeto (fatores de ordem técnica que envolvem a capacidade dos gestores em mobilizar um grupo de profissionais capacitados em criar condições para que o projeto tenha continuidade; comunicação regularmente com as organizações) qualificados;				
Eixo 3 – integração entre o projeto e território (o projeto demonstra atuação, abrangência e legitimidade em uma comunidade, o projeto fundamenta suas ações nos interesses e demanda				

do público estimulando a mobilização e a participação da família)				
Eixo 4 – força da ação (a criança, o adolescente e o jovem ocupam sua proposta de trabalho. Espera-se que eles sejam o foco de todas as ações e, conseqüentemente, que esse aspecto esteja evidente no projeto)				
Eixo 5 – resultados (o projeto demonstra o alinhamento e coerência entre as ações oferecidas, a metodologia de trabalho, os resultados desejados)				
Eixo 6 – inovação (esse fator se caracteriza pela transformação de modelos e práticas institucionais a partir da criação de novos pensamentos, técnicas e ferramentas. Visa ampliar as oportunidades de desenvolvimento integral				
Eixo 7 – perspectiva inclusiva (é essencial a existência de iniciativas que reconheçam e trabalhem com a diversidade humana, número de usuários, número de horas semanais das atividades desenvolvidas)				
<b>TOTAL</b>				
Pontuação: 14 – Deferido sem diligência.				
Pontuação: maior ou igual a 7 – Deferido com diligência				
Pontuação: menor que 7 – Indeferido				

## **7 DAS ETAPAS DE SELEÇÃO**

### **7.1 - Habilitação documental:**

7.1.1 - Nesta etapa serão analisadas as condições jurídicas e administrativas das entidades, com base nos documentos enviados, citados no item 4.

7.1.2 - O não envio de todos os documentos solicitados ou a existência de condições jurídicas e/ou Administrativas que não estejam em plena consonância com as normas legais em vigor e nos casos em que a documentação, citadas no item 4 e suas alínea estiver incompleta, inadequada ou com prazos de validade vencidos na data de postagem ou protocolados, acarretará a desclassificação das propostas.

### **7.2 - Habilitação técnica das propostas:**

- Após habilitação documental, terá início a etapa de habilitação técnica com a avaliação dos projetos dos proponentes habilitados.

7.2.1 - A análise do Projeto será realizada a partir dos critérios de avaliação previstos neste Edital pelo CMDCA de São Francisco do Brejão -MA.

7.2.2 - A ausência de qualquer informação solicitada para análise técnica do projeto poderá implicar na sua eliminação do processo de seleção;

7.2.3 - O proponente deverá apresentar seu projeto em papel timbrado da Instituição, atendendo ao roteiro constante no Anexo IV deste Edital;

7.3 - Aprovação pelo CMDCA de São Francisco do Brejão -MA.

7.3.1 - Os projetos serão deliberados em Plenária do CMDCA e permitido a disponibilidade de recursos do FIA para o ano de 2025.

7.3.2 - O processo de seleção será concluído após a deliberação pela Plenária do CMDCA, sendo o resultado publicado no site da Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão -MA.

## **8 DOS RECURSOS**

8.1 - Sobre os recursos estabelece-se que:

8.1.1 - Os proponentes inabilitados em qualquer etapa da seleção poderão interpor recurso ao CMDCA dirigido a Presidente do Conselho, no prazo de 03 ( ) dias, a contar da data de publicação do resultado da etapa, protocolado no

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a situado a Rua São João, 264, Centro – São Francisco do Brejão-MA, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 14.00h.

8.1.2 - Recebido e conhecido o recurso pela Presidente do CMDCA, este o encaminhará de imediato para comissão que terá 02 (dois) dias, a contar do prazo final de interposição dos recursos para reconsiderar sua decisão, ou, nesse mesmo prazo submeter o recurso para julgamento pelo Pleno do CMDCA para proferir sua decisão, sendo esta publicada no site da Prefeitura.

8.1.3 - Os recursos interpostos após o decurso do prazo estabelecido neste Edital não serão conhecidos em razão de sua intempestividade, não cabendo recurso desta decisão.

8.2 - Divulgação dos resultados do processo de seleção

8.2.1 Os Órgãos Municipais que tiverem suas propostas selecionadas serão publicadas através de resolução no diário oficial do município;

8.2.2 A partir desta data a relação dos projetos selecionados também estará disponível no Diário Oficial Municipal.

## **9 DO RECURSO FINANCEIRO.**

9.1 - O CMDCA destinará a quantia de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais), que contemplará 01 (um) projeto municipal apresentado, no valor de **60.000,00** ( sessenta mil reais ). Para execução no período de 5 meses a conta da assinatura do convênio.

- A aplicação dos recursos para o projeto deverá atender ao cronograma financeiro preestabelecido.

9.1.1 - Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal da Infância e adolescência de São Francisco do Brejão -MA e de acordo com o plano de aplicação do CMDCA.

- 9.1.2 – os órgãos governamentais poderão apresentar 1(um) só projeto.
- 9.1.3 - Considera-se o Plano de Ação do CMDCA e de Aplicação do FIA – 2025.
- 9.2 - Os recursos financeiros serão repassados do FIA diretamente para a conta bancária específica indicada pela organização e em número de parcelas previstas no Convênio.
- 9.3 - A movimentação dos recursos financeiros, objeto deste Termo, deverá ser feita em conta bancária específica (artigo 51 da Lei nº. 13.019/2014), sendo vedada a utilização dos recursos recebidos em finalidade diversa das previstas neste edital, mesmo que em caráter de emergência.
- 9.4 - O financiamento não cobrirá despesas com:
- 9.4.1 -Taxa de administração, de gerência ou similar;
- 9.4.2 -Gastos exclusivamente de responsabilidade da convenente;
- 9.4.3 -Alimentação, exceto quando absolutamente necessário e conexo ao projeto;
- 9.4.4 -Transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- 9.4.5 -Pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- 9.4.6 -Pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;
- 9.4.7 -Pagamento, a qualquer título, as empresas privadas que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- 9.4.8 -Remuneração, por serviços prestados, aos dirigentes ou servidores/empregados da convenente;

9.4.9 - É expressamente vedada a utilização do recurso do convênio em finalidade diversa do estabelecido na proposta de trabalho apresentada pelo órgão municipal.

9.5 - Entre outras despesas não autorizadas pela legislação.

9.5.1 - Para manutenção de equipamentos já adquiridos em projetos anteriores, órgão municipal deverá apresentar os orçamentos no projeto.

9.6 - O financiamento só poderá cobrir despesas que estiverem especificadas no plano de trabalho e que atendam ao objetivo proposto no projeto.

## **10 DA ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

10.1 - Após publicação das entidades governamentais que tiveram seus projetos selecionados, terão até o dia **07 de março de 2025** para entrega dos seguintes documentos, na Secretaria de Administração.

- a) Declaração do Recebedor de Recursos (ver Anexo VI);
- b) Anexo IV - Plano de Trabalho (duas vias);
- c) O instrumento que integra a solicitação de convênio, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelos participantes.
- d) Comprovante de conta bancária específica;

10.2 - A Prestação de Contas deverá ser apresentada em duas vias, sendo original e cópia (com páginas numeradas, rubricadas e a última assinada), devendo ser entregue no final da execução do projeto na secretaria do CMDCA, a contar do início da execução do projeto até seu término e deverá conter os seguintes documentos:

## **11. DO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES**

11.1 - O CMDCA de São Francisco do Brejão-MA realizará o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas entidades conveniadas, através do monitoramento e avaliação de Prestação de Contas, visitas em qualquer fase do desenvolvimento das atividades e reuniões com as entidades.

## 11.2 – O cronograma do Edital:

Datas	Eventos
07 de fevereiro de 2025	Publicação do Edital no diário oficial
Até 07 de março de 2025	Entrega da documentação e projetos
10 de março de 2025	Processo de avaliação e seleção dos projetos
11 de março de 2025	Publicação do parecer da avaliação dos projetos
Até o dia 13 de março de 2025	Período para recursos e entrega das adequações sugeridas
14 de março de 2025	Reunião do CMDCA para aprovação das deliberações da Comissão de Análise O resultado da análise será em forma de parecer e apresentado à Plenária do CMDCA, que referendará os projetos através de Resolução única.
17 de março de 2025	Entrega da documentação para assinatura dos convênios
18 de março de 2025	Assinatura dos convênios para início dos projetos aprovados

## 12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação a juízo do Pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA das seguintes sanções, independentemente da rescisão do Convenio, facultada a defesa previa no prazo de 03 (três) dias:

12.1.1 - Advertência;

12.1.2 - Suspensão de parcela;

12.1.3 - Suspensão temporária do direito de apresentar projetos junto ao CMDCA até a regularização dos compromissos estabelecidos no presente Edital;

12.1.4 - Nos casos apurados de má utilização dos recursos ou de desvio de finalidade, será obrigatória a devolução dos valores liberados, sem prejuízos das sanções criminais, cíveis e administrativas;

12.1.5 - Demais penalidades previstas em lei.

- 12.2 - O valor destinado à execução do presente convênio será originário do Fundo Municipal da Infância e Adolescência do Município de São Francisco do Brejão – FIA.
- 12.3 - O desembolso ocorrerá em parcela única.
- 12.4 - Cabe a Plenária do CMDCA de São Francisco do Brejão-MA deliberar sobre as questões omissas neste Edital.
- 12.5 - O banco de projetos será constituído pelos projetos aprovados pela Comissão quando ultrapassado o valor total previsto a ser destinado para o financiamento de projetos por esse Edital. A lista de espera será organizada por ordem de pontuação e caso haja recursos financeiros disponíveis comprovados pelo setor de contabilidade da municipalidade, poderão ser liberados por decisão da Plenária, respeitando a ordem de classificação e a manifestação expressa do órgão municipal proponente.
- 12.6 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela plenária do CMDCA.
- 12.7 - Este edital completo será publicado no site da Prefeitura Municipal e Diário Oficial (<https://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br/>)
- 12.8 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Brejão -MA 07 de fevereiro de 2025

Atenciosamente,

**Alipe Cássio Carvalho dos Santos**  
Presidente do CMDCA



ESTADO DO MARANHÃ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE



ANEXO I  
REQUERIMENTO

SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - MA, ..... de ..... de 20.....

À Presidência do CMDCA  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de SÃO FRANCISCO DO  
BREJÃO Ma

Atendendo ao Edital 02/2025, CMDCA encaminhamos o Projeto  
..... para análise e seleção do Conselho Municipal do  
Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, objetivando captar recursos através  
Fundo Municipal da Infancia e adolescencia do Município– FIA para execução em 2025  
no valor de R\$ .....

Esclarecimentos poderão ser prestados pelo endereço eletrônico  
..... e/ou contato telefônico através o  
número:.....

Na certeza da atenção dispensada, solicitamos o deferimento.

Atenciosamente.

Representante Legal: .....



ESTADO DO MARANHÃ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE



ANEXO II

- CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO (Forneçam informações sobre a organização: histórico, missão, visão, valores)
- CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE (Forneçam informações relevantes sobre a comunidade atendida, quais os potenciais e....)



ESTADO DO MARANHÃ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE



ANEXO III  
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. PROPONENTE DO PROJETO (ÓRGÃO GOVERNAMENTAL)		
Nome:		
CNPJ nº:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:	
Site:		
Nome do responsável legal da entidade:		
Telefone:		
Órgão que executará o projeto:		
Nome do responsável técnico do projeto:		
Telefone:		

2. RESUMO DAS INFORMAÇÕES		
O que é o projeto: Onde será desenvolvido: Área de atuação: O que será oferecido: Parceiros do projeto:		
Quantidade de atendimento no projeto ( ) crianças ( ) adolescentes		
Turno em que o projeto acontece ( )Manha ( )Tarde ( ) Noite		
Dias de execução do projeto ( )2ª ( )3ª ( )4ª ( )5ª ( )6ª ( )sábado ( )Domingo		
Valor solicitado ao CMDCA		
Valor Total do Projeto		
Duração do projeto (nº de meses):		

Assinatura do Responsável: \_\_\_\_\_



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE



ANEXO IV  
MODELO DE PLANO DE TRABALHO

<b>1. DADOS CADASTRAIS:</b>			
NOME DA SECRETARIA MUNICIPAL QUE RECEBERÁ O RECURSO:			
NOME DO ÓRGÃO EXECUTOR:			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE:	ESTADO:	CEP:	
E-MAIL:		CELULAR:	
CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA:	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:
NOME DO RESPONSÁVEL:		CPF:	
PERÍODO DE GESTÃO:	CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CARGO:	
ENDEREÇO:		CEP:	

<b>2 - PROPOSTA DE TRABALHO:</b>		
NOME DO PROJETO/ATIVIDADE:	PRAZO DE EXECUÇÃO:	
	INÍCIO:	TÉRMINO:
PÚBLICO ALVO:		
<p>OBJETO DE PARCERIA: Descrever de forma clara e objetiva, os resultados parciais e o impacto final esperado com o desenvolvimento do projeto. É o objetivo geral da proposta. É um produto ou serviço que estará disponível quando o projeto estiver concluído (Thiry-Chequer, 2004). Estabelecem, de forma geral e abrangente, as intenções e os efeitos esperados do programa, orientando o seu desenvolvimento.</p> <p>OBJETIVO GERAL Deve resumir e apresentar a ideia central de um trabalho, descrevendo também a sua finalidade.</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS Os objetivos específicos darão uma maior delimitação ao tema, além de detalhar os processos necessários para a realização do trabalho. Resumir e apresentar a ideia central.</p>		
DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA CONVÊNIO (DEVENDO SER DEMONSTRADO O NEXO ENTRE ESSA REALIDADE E AS ATIVIDADES OU PROJETOS E METAS A SEREM ATINGIDAS) Fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema. Falar dos indicadores do estado/município: número da população, número de crianças e adolescentes e/ou outros números que contribuam para relacionar a realidade com o objeto da convênio proposta. Expor os resultados esperados ao fim do projeto, bem como as metas e explicar como o cumprimento das metas pode transformar a realidade descrita nos parágrafos anteriores.		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: Justificar a importância da atividade/projeto		

<b>3 – METODOLOGIA:</b>
<b>3.1 – FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS</b> Explicar a metodologia prevista para cada uma das atividades que compreendem a execução das metas indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede. Explicar o tipo de trabalho, o instrumental a ser utilizado (questionário, entrevista etc.), o tempo previsto, a equipe de pesquisadores e a divisão do trabalho, as formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, tudo aquilo que será utilizado para a execução do projeto.



**ESTADO DO MARANHÃ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE**



META	FASE/ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES	DURAÇÃO	
				INÍCIO:	TÉRMINO:

4 – PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R\$)			
RECEITA:	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL
PROONENTE (CONTRAPARTIDA)			
CONCEDENTE			
TOTAL GERAL			
DESPESA:	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL
PROONENTE (CONTRAPARTIDA)			
CONCEDENTE			
TOTAL GERAL			

5 – CRONOGRAMA DE DESPESAS (R\$)					
5.1 – CONCEDENTE					
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS
5.2 – PROPONENTE – ORGANIZAÇÃO PARCEIRA (CONTRAPARTIDA)					
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS



ESTADO DO MARANHÃ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE




6 – DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS		
ESPECIFICAÇÃO CUSTEIO		VALOR
1	Pessoal e encargos	
2	Material de consumo	
3	Serviços e manutenção	
TOTAL:		
ESPECIFICAÇÃO INVESTIMENTO		VALOR
4	Obras e instalações	
5	Equipamentos e Materiais Permanentes	
TOTAL:		



ESTADO DO MARANHÃ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE



TOTAL CUSTEIO + INVESTIMENTO

6.1 RECURSOS HUMANOS

Cargo	Quantidade	Atribuições	Funcionário do órgão Sim/não	Jornada de trabalho dedicada ao projeto	Remuneração	Encargos	Natureza da contratação

6.2 – CUSTOS INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO

Descrever quais são os custos indiretos para a execução do projeto. Exemplo: internet, transporte, Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho. Pede deferimento.

7 – DECLARAÇÃO

Local e Data

Assinatura do Responsável legal da Proponente



ESTADO DO MARANHÃ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE



NEXO V  
MODELO RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

(Prestação de Contas na Metade e no Final)

Observação: O relatório deve conter, no mínimo, os dados solicitados abaixo:

Número da Parceria:	Período de Execução:	Período de Vigência:
Nome da organização:		
CNPJ:	Telefone:	E-mail:
Objeto da parceria:		
1. Relatório – Execução das Metas:		
1.1. Ações Programadas (de acordo com o plano de Trabalho):		
1.2. Ações Executadas (implantação do projeto, comparando-se o previsto no Plano de Trabalho aprovado com o efetivamente executado):		
1.3. Alcance dos Objetivos (os benefícios alcançados pelo público alvo, ressaltando as metas alcançadas, a população beneficiada e descrição do alcance social por meio de indicadores comparativos entre a situação anterior, durante e posterior a implantação do projeto):		
1.4. Conclusão (fazer uma conclusão no relatório descrevendo se o objetivo proposto no plano de trabalho foi atingido em sua totalidade):		
1.5. Justificativa de atrasos e/ou ações não cumpridas:		
Data:	Nome do Presidente / representante legal	Assinatura do Presidente / representante legal

Os dados descritos acima devem compreender também sobre:

- Execução das metas pactuadas;
  - Percentual de execução de cada meta;
  - Forma de execução de cada meta (métodos utilizados);
  - Data da execução de cada meta;
  - Quantidade de beneficiários de cada meta;
  - Benefícios alcançados.
- Informações complementares Outras informações que julgar pertinente.



ESTADO DO MARANHÃ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE



ANEXO VI  
DECLARAÇÃO DE RECEBEDOR DE RECURSOS

Declara-se, que de acordo com as disposições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme preconiza a Lei Federal nº. 8.069/90 e alterações, e Lei Municipal nº. 132/97 , Resolução CONANDA nº137/2010, Resolução 194/2017 e Lei Federal nº13.019 de 2014, que os recursos recebidos serão regularmente empregados aos fins a que se destinaram, de acordo com a Lei, cuja prestação de contas será apresentada em consonância com as disposições do Edital 002/2025 supracitado e as requisições apresentadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação , sendo que todos os documentos de despesa estarão legíveis e devidamente assinados pelo presidente da entidade.

São Francisco do Brejão- MA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura \_\_\_\_\_  
Identificação do Representante Legal:



**ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE**

